

**Thiago Auricchio garante avanço no novo salário mínimo paulista**

## Thiago Auricchio garante avanço no novo salário mínimo paulista

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou, nesta terça-feira (13), o novo valor do Salário Mínimo Paulista, que passa a ser de R\$ 1.804. A proposta teve apoio do deputado estadual Thiago Auricchio - PL, presidente da CCJR - Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que conduziu a tramitação final do projeto.

Além disso, o novo valor representa um reajuste de 10% em relação ao piso anterior de R\$ 1.640, garantindo um ganho real de aproximadamente 5% acima da inflação. Ou seja, o mínimo estadual segue superior ao salário mínimo nacional, atualmente fixado em R\$ 1.518.

“O aumento do salário mínimo paulista é um avanço importante para os trabalhadores que mais precisam. Como presidente da CCJR, tive a responsabilidade de garantir uma tramitação célere e segura do projeto. Valorizar o trabalho é essencial para uma sociedade mais justa”, afirmou o deputado Thiago Auricchio.

Durante a tramitação, os parlamentares também aprovaram uma emenda relevante: a inclusão dos cuidadores de pessoas com deficiência entre as categorias contempladas pelo piso estadual. Em outras palavras, a medida equipara os direitos desses profissionais aos dos cuidadores de idosos, que já haviam sido beneficiados por legislação semelhante em 2023.

Ainda mais, o projeto unifica o valor do mínimo estadual para cerca de 70 classes profissionais, o que



Thiago destacou que o piso estadual é maior que o nacional e contribui para reduzir desigualdades e tornar mais claro o enquadramento das categorias no mercado de trabalho.

Contudo, a valorização dos trabalhadores não se restringe ao novo salário mínimo. Juntamente com essa medida, a Alesp também aprovou outras propostas importantes voltadas ao funcionalismo público estadual.

Por exemplo, o Projeto de Lei Complementar 11/2025 estabelece um reajuste de 10% ao piso dos servidores por meio de abono complementar, beneficiando cerca de 91 mil profissionais ativos, aposentados e pensionistas.

Do mesmo modo, o Projeto de Lei Complementar 12/2025 determina um reajuste linear de 5% para mais de 925 mil servidores, incluindo trabalhadores das áreas de saúde, segurança pública, educação, assistência social e administração.

“Esses projetos representam respeito e reconhecimento ao serviço público. São profissionais que sustentam os serviços essenciais do Estado e merecem esse olhar de valorização”, completou Thiago Auricchio.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal ABC Repórter - Grande ABC/SP

**Seção:** Política **Página:** 03